

**Felipe Sousa de Andrade**

Graduando em Letras, UNESP/FAPESP

**Marina Célia Mendonça**

Professora, doutora em Linguística, UNESP

## RESUMO

Este texto apresenta resultados parciais de pesquisa em andamento de Iniciação Científica realizada na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. O objetivo do estudo é refletir sobre a prática de escrita de internautas em dois sites sertanejos, cujo produto cultural tem características típicas da tradição oral. Neste artigo, nossa proposta é apresentar reflexão sobre estudos que abordam as relações entre oralidade, letramento e identidade. Trata-se, portanto, de um estudo bibliográfico. Os resultados apontam para a necessidade de se abordarem questões relativas à fala e escrita como parte das práticas sociais realizadas pelos sujeitos, as quais envolvem: meios materiais (suportes de textos); formas de circulação; valores ideológicos atribuídos a esses usos; identidades dos sujeitos.

**Palavras-chave:** oralidade; letramento; identidade; análise do discurso.

## ABSTRACT

This paper presents partial results of ongoing research of Undergraduate Research held at the Faculdade de Ciências e Letras de Arara-

quara. The study objective is to reflect on the practice of writing in two Internet sites whose cultural product has features typical of oral tradition, of backlanders. In this article, our proposal is to present a reflection on studies about the relationship between orality, literacy and identity. It is, therefore, a bibliographic study. The results indicate the need to study issues related to speech and writing as part of social practices performed by the subjects, which involve: media materials; forms of movement; ideological values assigned to these uses; identities of subjects.

**Keywords:** orality; literacy; identity; discourse analysis.



## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa de Iniciação Científica realizada na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.<sup>1</sup> O objetivo do estudo é refletir sobre a prática de escrita de internautas em dois *sites* sertanejos. Um deles é o *blog* do programa televisivo “A Terra da Padroeira”, exibido pela TV Aparecida aos domingos, das nove horas ao meio-dia (<http://naterradapadroeira.blogspot.com>). O programa explora tanto a música sertaneja de raiz como o pop sertanejo, retratando a vida e costumes em contexto rural. Esse *blog* é uma extensão do programa de televisão e, nele, o telespectador/internauta encontra espaço para deixar o seu ponto de vista em comentário escrito a respeito do próprio programa, das duplas sertanejas que nele se apresentam, das músicas, etc. O outro *site* que compõe o *corpus* da pesquisa é o da dupla sertaneja Lourenço e Lourival (<http://www.lourencoelourival.com.br/>). O *site* desses artistas, cujas canções se podem classificar como música sertaneja de raiz, mostra sua discografia, sua história; disponibiliza *links* para contatos, cifras e espaço para comentários dos internautas.

A pesquisa está em andamento e, neste texto, nossa proposta

<sup>1</sup> A pesquisa vem sendo desenvolvida desde 2011 com apoio da FAPESP. Processo: 2011/11820-3.

é apresentar reflexão sobre estudos que abordam as relações entre oralidade, letramento e identidade. Trata-se, portanto, de um estudo bibliográfico. A abordagem em questão é importante para a análise dos comentários dos internautas nos *sites* citados, considerando-se que o desafio da pesquisa é pensar as práticas de escrita em *sites* sertanejos, cujo produto cultural tem características típicas da tradição oral.

Exemplos do entrelaçamento entre práticas de oralidade e letramento nos comentários dos internautas são os discursos transcritos a seguir, em que chamam atenção aspectos temáticos e estilísticos que dão pistas sobre a identidade desses enunciadoreis:

São José do Rio Preto/SP Mensagem: oi meninos amo voces e vossa musica, tenho 50 anos e ainda agora estava ouvindo voces parabens que jesus os abençoe sempre,abraços César.

**Data:** 16/04/2011 - **Nome:** ILSON - RIB. DO PINHAL/PR  
**Mensagem:** As Vossas músicas são de arrepiar, é o Brasil vivo. Na verdade são sentimentos que o país está esquecendo, ou seja, a valorização do ser humano. (<http://www.lourencoelourival.com.br/>)

Olá, sou Vivaldina de Conceição de Macabu – RJ, estou usando o e-mail da minha neta para dizer o quanto gosto do Kléber e do programa. Todos os domingos ligo a Tv no programa Terra da Padroeira, adoro o quadro da visita na roça (me faz lembrar da minha infância e dos lugares que morei com a minha família depois de casada), dos violeiros e da Dada, tenho um caderno para anotar suas dicas.Parabéns pelo Programa, desejo que vocês continuem alegrando os meus domingos. Um feliz 2009, que o programa faça cada vez mais sucesso. Que Deus abençoe vocês!!

7 de janeiro de 2009 09:28 (<http://naterradapadroeira.blogspot.com/search?updated-max=2008-08-24T11%3A17%3A00-07%3A00&max-results=7>)

No aspecto estilístico dos enunciados, destacam-se o pronome de segunda pessoa (“vossa música”) e a despedida em tom religioso (“que jesus os abençoe sempre” / “Que Deus abençoe vocês!!”) – ambos

ajudam a definir aspectos da identidade desses enunciadorees: sua idade (que, às vezes, é expressa explicitamente) e os valores religiosos que partilham. Destaque-se, do último fragmento citado, como o enunciador se representa pelo que fala de si: “estou usando o e-mail da minha neta”/ “tenho um caderno para anotar suas dicas”. O enunciador, apesar de vir de um espaço rural e de valorizar seus produtos culturais – “adoro o quadro da visita na roça (me faz lembrar da minha infância e dos lugares que morei com a minha família depois de casada), dos violeiros”, possui contato com a escrita suficientemente para poder redigir um comentário em *site*, apesar de ainda fazer uso de um “caderno de anotações”.

Essas relações entre oralidade, letramento e identidade nos *sites* pesquisados não serão analisadas neste trabalho; nosso objetivo é apresentar estudo bibliográfico que pode auxiliar na reflexão sobre o tema.

## **1. REFLEXÕES SOBRE ORALIDADE, LETRAMENTO E IDENTIDADE**

Neste item, fazemos um estudo bibliográfico da oralidade e do letramento desde a Grécia antiga até a contemporaneidade. Primeiramente, expomos trabalho de Marcuschi a respeito das práticas comunicativas e das tendências de estudos sobre fala/escrita. Abordamos, posteriormente, escritos que caracterizam a Grécia antiga como uma sociedade oral primária, segundo Ong, com suas características essencialmente orais, assim também como uma sociedade oral secundária, que já possui então a influência da escrita. A seguir, tratamos brevemente da história da escrita, da impressão do texto, na Idade Média. Por fim, comentamos estudos sobre a oralidade e o letramento em relação à identidade do sujeito, e como a alfabetização, a escolarização e o letramento são considerados nos dias atuais.

### **1.1 Letramento, escrita, oralidade, fala, alfabetização e escolarização**

Marcuschi, tratando do letramento, chama-nos atenção para o fato de que não existe apenas um, mas vários letramentos: “existem ‘letramentos sociais’ que surgem e se desenvolvem à margem da escola, não precisando por isso serem depreciados”. (MARCUSCHI, 2007,

p. 19). Ou seja, além do letramento que se obtém a partir do ensino formalizado, há o que se obtém nas esferas sociais em que os sujeitos vivem, e em cada uma delas os objetivos e as ênfases do uso da escrita são diversos e variados. Tais objetivos e ênfases conseqüentemente dão origem, segundo o autor, a novos gêneros textuais<sup>2</sup> e novas formas comunicativas. Porém, Marcuschi diz não saber “com precisão *que gêneros* (orais e escritos) são os mais correntes em cada um dos contextos e domínios discursivos [...] e *quem é* que faz uso mais intenso da escrita dentro deles.” (MARCUSCHI, 2007, p. 20)

Sobre o letramento, o autor defende que ele pode variar das mais simples formas de escrita até as mais complexas, trata-se de um uso da escrita que independe de a pessoa ser alfabetizada ou não. Segundo Marcuschi, o letramento

envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas) na sociedade e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita, tal como o indivíduo que é analfabeto, mas letrado na medida em que identifica o valor do dinheiro, identifica o ônibus que deve tomar, consegue fazer cálculos complexos, sabe distinguir as mercadorias pelas marcas etc., mas como no caso do indivíduo que desenvolve tratados de Filosofia e Matemática ou escreve romances. Letrado é o indivíduo que participa de forma significativa de eventos de letramento e não apenas aquele que faz um uso formal da escrita. (MARCUSCHI, 2007, p. 25)

Já a escrita, o teórico a define como uma “produção textual-discursiva” (MARCUSCHI, 2007, p. 26) que visa à comunicação, tendo como característica a sua constituição gráfica, além de envolver também recursos relativos à ordem pictórica. A escrita, então, pode se manifestar por unidades alfabéticas, símbolos gráficos ou desenhos que representam uma ideia ou um objeto (ideografia) e também através de imagens

<sup>2</sup>Neste artigo, não é nosso objetivo discutir os conceitos de gênero textual e de gênero discursivo presentes nas obras pesquisadas. Em nossa pesquisa, adotamos a perspectiva de Bakhtin (1997) para os gêneros do discurso.

pictóricas que se relacionam a, ou ilustram, um tema (iconografia), sendo essas manifestações complementares à fala (MARCUSCHI, 2007).

A oralidade, por sua vez, é também uma manifestação comunicativa que se apresenta em várias formas. Ela faz parte da esfera sonora, podendo se realizar de maneira mais ou menos formal, dependendo do contexto de uso. O autor propõe que se tome o texto como uma prática social, não simplesmente um artefato linguístico. Sendo assim, deve-se pensar as diferenças entre oralidade e letramento enfocando seus usos (papéis) na vida cotidiana. Ou seja: o autor propõe que oralidade e letramento sejam considerados práticas sociais.

Ong (2006) faz uma distinção entre dois tipos de sociedades, em sua relação com a oralidade. Para ele, sociedades de oralidade primária são sociedades que não têm relação alguma com a escrita, valendo-se apenas da fala; sociedades de oralidade secundária, por sua vez, são aquelas que, ao contrário, estabelecem relações com a escrita, em menor ou maior grau.

Já a fala, é, assim como a escrita, uma “forma de produção textual-discursiva com fins comunicativos” (MARCUSCHI, 2007, p. 25), porém no plano da oralidade. Marcuschi ainda acrescenta:

caracteriza-se pelo uso da língua na sua forma de sons sistematicamente articulados e significativos, bem como os aspectos prosódicos, envolvendo, ainda, uma série de recursos expressivos de outra ordem, tal como a gestualidade, os movimentos do corpo e a mímica. (MARCUSCHI, 2007, p. 25)

As outras duas concepções abordadas pelo linguista são a alfabetização e a escolarização, as quais também serão abordadas nos itens a seguir. A primeira é comumente adquirida através de instituições escolares que visam ao aprendizado da leitura e da escrita. Porém, ela é adquirida, muitas vezes também, à margem dessas instituições.

A segunda, a escolarização,

é uma prática formal e institucional de ensino que visa a uma formação integral do indivíduo, sendo que a alfabetização é apenas uma das atribuições/atividades da escola. A escola tem projetos educacionais amplos, ao passo que a alfabetização é uma habilidade restrita. (MARCUSCHI, 2007, p. 21)

A respeito da oralidade e escrita, Marcuschi faz indagações de como são tratados esses processos dentro e fora do âmbito institucional e também como eles se dão. O autor chama atenção para que não se confundam os papéis e os contextos de uso da prática oral e da escrita; para que não se discriminem seus usuários, pois “(...) há quem equipare a alfabetização (domínio ativo da escrita e da leitura) com desenvolvimento. Outros sugerem que a entrada da escrita representa a entrada do raciocínio lógico e abstrato.” (MARCUSCHI, 2007, p. 22) Porém, tais argumentos, diz o autor, estão cheios de equívocos e não passam de mitos.

Marcuschi também discute tendências de pesquisas sobre a língua falada/oralidade. A primeira que ele aborda é a que estuda a fala e a escrita numa perspectiva dicotômica. Nessa perspectiva, caracteriza-se a fala como: contextualizada, dependente, implícita, redundante, não-planejada, imprecisa, não-normatizada, fragmentária. Já a escrita é tida como: descontextualizada, autônoma, explícita, condensada, planejada, precisa, normatizada, completa. Essa perspectiva, entretanto, considera, erroneamente (segundo o autor), a fala como o lugar do erro, enquanto a escrita seria o lugar do bom uso. Segundo essa tendência, a fala é tida como menos complexa e a escrita, como mais complexa.

Outra tendência tratada por Marcuschi é a fenomenológica de caráter culturalista, que

observa muito mais a natureza das práticas da oralidade *versus* escrita e faz análises sobretudo de cunho cognitivo, antropológico ou social e desenvolve uma fenomenologia da escrita e seus efeitos na forma de organização e produção do conhecimento. (MARCUSCHI, 2007, p. 28)

Trata-se, então, da cultura oral (que não estabelece relação com a escrita) como uma cultura em que o pensamento é concreto; o raciocínio, prático; a atividade, artesanal; a tradição, cultivada; e que é ritualista. Já a cultura letrada caracteriza-se pelo pensamento abstrato, raciocínio lógico, pela atividade tecnológica, inovação constante e analiticidade. Nessa tendência, trata-se a escrita como aquilo que proporciona ao sujeito o desenvolvimento psicológico, cognitivo. A fala, no entanto, é tida como primitiva e incapaz de tais desenvolvimentos. Gnerre, citado no texto de Marcuschi, faz críticas a essa tendência e põe-nos três problemas referentes a ela: *etnocentrismo*; *supervalorização da escrita*; *tratamento globalizante*.

Uma terceira tendência é a variacionista. Ela visa ao estudo do papel da escrita e da fala nos processos educacionais. E essas modalidades, a escrita e a fala, se dão como dois dialetos: as duas apresentam respectivamente língua padrão e variedades não padrão; língua culta e língua coloquial; norma padrão e normas não padrão. A posição de Marcuschi sobre essa tendência é a seguinte: “fala e escrita não são propriamente dois **dialetos**, mas sim duas modalidades de uso da língua, de maneira que o aluno, ao dominar a escrita, se torna **bimodal**. Fluente em dois modos de uso e não simplesmente em dois dialetos. [...]” (MARCUSCHI, 2007, p. 32, grifo do autor)

Por fim, tem-se a perspectiva sociointeracionista, que “trata das relações entre fala e escrita dentro da perspectiva dialógica” (MARCUSCHI, 2007, p. 32). Ela é baseada nos fundamentos da dialogicidade, dos usos estratégicos, das funções interacionais, do envolvimento, da negociação, da situacionalidade, da coerência e, por fim, da dinamicidade. É no interior desta tendência que o autor se insere.

É importante destacar a proposta de Marcuschi para o estudo dos gêneros textuais, em sua relação com fala e escrita: o gênero textual se constitui de certo *meio de produção* (sonoro ou gráfico) e de certa *concepção discursiva* (oral e escrita). Tomando os exemplos arrolados pelo autor, temos que uma conversa espontânea é produzida no meio



sonoro e sua concepção discursiva é oral. Já o artigo científico é produzido no meio gráfico e sua concepção discursiva é a escrita. Estes dois exemplos o autor os tem como protótipos, já que em cada um não se tem a influência direta ou da escrita em um ou da fala em outro. Porém, numa notícia de TV o texto falado é supostamente escrito, lido e revisado, se for preciso, antes que o locutor o divulgue oralmente: a produção se dá no meio sonoro, mas a concepção discursiva é escrita. Ou, então, pode-se ter uma produção no meio gráfico, mas de concepção discursiva oral, assim como uma entrevista publicada em revista. Os dois últimos gêneros textuais, Marcuschi diz serem mistos.

Com isso se tem que, em uma linha contínua que supostamente separa o plano da escrita e o da fala, determinados gêneros textuais de características orais têm menores relações com a escrita (distanciam-se do plano da escrita) e outros têm maiores relações (aproximam-se desse plano). Assim também certos gêneros textuais escritos têm menores relações com a fala e outros, maiores.

Outro ponto importante que o autor nos coloca é a fala e a escrita estarem muito presentes em nossa sociedade até hoje, não nos caracterizando, então, apenas como pessoas letradas e nem como apenas orais. Fala e escrita muitas vezes se relacionam em diversos contextos, em diversos gêneros textuais, ora em maior, ora em menor grau. Segundo o autor, a escrita hoje se tornou indispensável para enfrentar o dia-a-dia. Mas a fala é primária (“vem primeiro” que a escrita, que é dela derivada) e ocupa a maior parte do tempo nossas atividades diárias. Na verdade, ambas são usadas em contextos sociais básicos da vida cotidiana (família, escola, trabalho...).

Em cada um desses contextos, os objetivos e os valores atribuídos à escrita e à oralidade variam. A escrita se impôs com violência tal que lhe atribuímos um valor muito maior que aquele atribuído à oralidade – um exemplo é que a alfabetização, em nossa sociedade é condição para “desenvolvimento”. Por outro lado, a “oralidade enquanto prática social é inerente ao ser humano e não será substituída por nenhuma

outra tecnologia. Ela será sempre a porta de nossa iniciação à racionalidade e fator de identidade social, regional, grupal dos indivíduos” (MARCUSCHI, 2007, p. 36).

### **1.2 Oralidade e letramento em sociedades orais primárias e secundárias**

Desde a Grécia antiga, a fala tinha grande importância, como nos relata Thomas (2005). A arte retórica era sinônima de civilização: um homem tinha que, acima de tudo, saber falar bem em público. Embora alguns textos fossem escritos para determinadas situações, usava-se sempre da prática oral. Com isso vemos que a oralidade não era uma prática desvalorizada; pelo contrário, a importância de se ter uma boa oratória era elevada. Como nos diz Thomas (2005, p. 6), “não apenas filósofos discutiam problemas extremamente difíceis sem o auxílio da escrita, como também o público podia ouvir regularmente (em vez de ler) uma literatura densa e complexa. A palavra escrita era mais frequentemente usada a serviço da fala”.

Ainda mais desenvolvida era a prática oral se pensarmos em uma sociedade de oralidade primária, tal como a Grécia em que vivera Homero. Sendo a fala a única ferramenta para a memorização e a repercussão dos mitos, das histórias, foi por meio dela que o poeta de Odisseia e Ilíada disseminou suas obras. Thomas aborda em seu texto, assim como Ong, noções dos estudos de Milman Parry. Este argumenta que as duas épicas homéricas são poemas orais de tradição, tendo como autor um poeta que não faz uso da escrita: suas composições são compostas, trabalhadas e guardadas apenas no pensamento e disseminadas apenas oralmente. Ilíada e Odisseia, inicialmente textos orais, só foram escritas por volta de 500 anos após sua composição. Quando produzidas, o alfabeto grego ainda não existia. Essas duas épicas então eram reproduzidas apenas oralmente e como características dessa oralidade temos a repetição quase que perfeita de vários versos, com a função de fórmulas. E tal repetição de expressões em fórmulas auxiliava os poetas a lembrarem-se dos fatos. Notam-se, porém, diferentes epítetos

de um mesmo personagem, mas isso se dá em função da métrica, o hexâmetro datílico.

Parry percebe que

Cada unidade nome-epíteto era adaptada a uma seção específica da linha do hexâmetro. Se o mesmo personagem era mencionado numa outra parte do verso, ele teria um outro epíteto que se adaptaria à métrica naquele ponto. Os epítetos mudavam não de acordo com as necessidades imediatas da narrativa, mas simplesmente por razões de métrica. Em outras palavras, o poeta usaria a “fórmula” que se adaptasse às suas necessidades de métrica. (THOMAS, 2005, p. 44)

Essas fórmulas, porém, não se restringiam apenas aos epítetos, mas também a linhas ou blocos inteiros. Parry, então, acredita que o todo da *Ilíada* e da *Odisseia* consistiria, em última instância, em fórmulas. (THOMAS, 2005)

A respeito da fórmula e da poesia formulaica, temos ainda algumas divergências e algumas complicações que vale a pena abordar: primeiramente, um erro que ainda persiste é pensar que aquilo que possui fórmulas indica composição oral. Discute-se também sobre o que constitui uma fórmula: há estudiosos que consideram formulaicas expressões que não repetem exatamente outras expressões. Toma-se como exemplo versos que compõem uma mesma fórmula, mas se utilizam de outras palavras. O que acontece então é apenas uma variação paradigmática. Porém, como diz Thomas, se tomarmos tal discurso como verdadeiro, corremos o risco de cair em tautologia. Se considerarmos, em sentido amplo, como fórmula qualquer enunciado que caiba no hexâmetro, temos então que qualquer poeta que se utilize de métrica será um compositor de texto formulaico. Sendo assim, expressões formulaicas deixariam de ser característica restrita à poesia oral.

Vale ressaltar também que nem toda poesia oral é constituída de fórmulas e que, como já dito acima, nem toda poesia que possua fórmulas tenha sido composta oralmente.

Paralelamente a essas características consideradas orais, temos outras propostas por ONG (1997), que, no entanto, não dizem respeito apenas à sociedade grega antiga oral, mas sim às sociedades orais primárias de forma geral. Considerando que “[...] em uma cultura oral a restrição da palavra ao som determina não apenas os modos de expressão, mas também os processos de pensamento” (ONG, 2006, p. 40, tradução nossa), como as pessoas conseguem memorizar certos pensamentos mais complexos, mais desenvolvidos? Ong afirma que tal resolução é pensar coisas memoráveis, a partir de orientações mnemotécnicas. Ou seja, utilizar-se de repetições, de provérbios que sejam geralmente conhecidos, de menção a lugares conhecidos, de musicalidade e principalmente de formas fixas, as quais “formam as substâncias do próprio pensamento” (ONG, 2006, p. 41, tradução nossa).

Sendo assim, ele destaca nove características mnemônicas que tendem a ser das seguintes classes: 1) acumulativas, e não subordinadas; 2) acumulativas, e não analíticas; 3) redundantes, e não copiosas; 4) conservadoras e tradicionalistas; 5) acerca do mundo vital humano; 6) matiz agonística; 7) empáticas e participantes, e não objetivamente separadas; 8) homeostáticas; 9) situacionais, e não abstratas.

Segue-se uma simples explanação de cada uma delas:

1. ocorre preponderante nas orações a conjunção introdutiva “e” ao invés de outras, como “então”, “entretanto”, “enquanto”, etc.;
2. há a presença de adjetivos para caracterização, exaltação, etc., como no caso dos epítetos (homéricos, por exemplo);
3. a escrita, por ser linearmente caracterizada, não precisa de repetições; se há alguma obstrução de sentido, de reflexão, de conclusão, pode-se voltar ao texto impresso. Porém, no discurso oral o mesmo não se dá: “fora da mente não há a que se voltar, pois o enunciado oral desaparece enquanto é articulado.” (ONG, 2006, p. 47, tradução nossa). Faz-se necessário, então, a redundância, a repetição, a cópia do que se diz. Faz-se necessário dizer duas, três, quatro vezes uma mesma coisa para que haja o entendimento, a com-

preensão, a interiorização, e se sintonizem tanto o orador quanto o ouvinte;

4. segundo as próprias palavras de Ong:

Dado que em uma cultura oral primária o conhecimento conceituado que não se repete em voz alta desaparece rápido, as sociedades orais devem dedicar grande energia a repetir uma e outra vez o que se tem aprendido arduamente através dos séculos. Esta necessidade estabelece uma configuração altamente tradicionalista ou conservadora da mente que, com boa razão, reprime a experimentação intelectual. O conhecimento é precioso e difícil de obter, e a sociedade respeita muito aqueles anciãos e anciãs sábios que se especializam em conservá-lo, que conhecem e podem contar as histórias dos dias de anos passados [...]. (ONG, 2006, p. 47, tradução nossa);

1. na oralidade primária, a proximidade com a realidade, a estreiteza, a assimilação do mundo com o homem, faz-se necessária;

2. provérbios ou enigmas não são usados apenas para armazenar o conhecimento, mas também como forma de combate verbal e intelectual;

3. identificação com uma comunidade culturalmente oral (o letramento separa o saber daquele que sabe, ou deveria saber);

4. as sociedades orais não se prendem a recordações que já não têm pertinências atuais, vivendo, então, em um presente que guarda o equilíbrio ou a homeostase;

5. na cultura oral primária, as situações fazem-se importantes no modo de pensar; não apenas as situações em si, mas também a proximidade com o material e a objetivação.

Voltando à Grécia, Thomas detém-se sobre a tradição oral tomando-a como tradição que se refere ao passado que foi passada adiante por mais de uma geração. Tal processo, porém, não acontece acidentalmente: é fundamental a razão para que seja lembrada e passada adiante. Como nos é afirmado, “os transmissores selecionam a tradição e podem

mudá-la no processo: as razões para mudança podem ser culturais, sociais, políticas ou ideológicas.” (THOMAS, 2005, p. 152). O que se passava tradicionalmente era o passado remoto, o passado dos heróis legendários e homéricos. Passavam-se “as lendas e os heróis de cidades específicas e de famílias aristocráticas” (THOMAS, 2005, p. 153) por meio do canto na poesia, em festivais, cultos e competições. Porém, ao passado recente e não-lendário, pouco se dava atenção: não era digno de “registro”. Passavam-se também muitos tipos de histórias, contos folclóricos, rumores, episódios, etc., mas eram facilmente esquecidos.

É preciso destacar ainda que as tradições que eram passadas, provavelmente, tendiam a ser aquelas ligadas a grupos ou instituições com identidade e poder no grupo. Portanto, as tradições estavam ligadas a famílias aristocráticas, cultos, festivais e cidades-estados. Era, porém, tarefa das famílias preservarem tradições individuais, cabendo à *pólis*, por outro lado, preservar tradições coletivas.

Em se tratando do advento da escrita, pode-se dizer que o alfabeto grego tem suas origens no contato mercantil com os fenícios no século IV antes de Cristo, tendo como intenção maior a mercantilização ou a escrita de poesia.

A manifestação da escrita nessa época é vista em potes de cerâmicas e pedras, que são os maiores volumes de indícios. Além desses, tinha-se também o papiro, a madeira, placa de ouro, bronze e chumbo, etc. Detendo-nos aos usos da escrita, temos que o uso das placas metálicas era para mandar mensagens a outras pessoas, ou seja, eram utilizadas como cartas. Independente, porém, do recipiente utilizado, a escrita era também servia para marcar e proteger a propriedade, assim como para rotular uma oferenda aos deuses e marcar lápides. Outro uso interessante é a intenção de amaldiçoar ignominiosamente outras pessoas (o uso da escrita para a maldição tinha como intenção potencializar o que se desejava).

Tratando-se da escrita em relação à palavra falada, temos estudos que dizem ter sido a primeira usada a serviço da segunda. Thomas afirma que

muito, se não toda a escrita antiga em pedra, pretendia representar afirmações que deveriam ser enunciadas em voz alta, geralmente em verso: aqui, portanto, a escrita está a serviço da palavra falada, um meio de comunicar o que seria comumente cantado ou dito. Isso parece ser confirmado pelo fato de que, embora os poetas começassem a escrever sua poesia nesse período, a execução permanecia o principal veículo de transmissão. Na verdade, os poetas continuam a pensar na própria poesia, e, portanto, no canto, não na palavra escrita, como transmissora de imortalidade. [...] A escrita [...] só podia ser pensada como instrumento mnemônico para o que deveria ser comunicado oralmente. (THOMAS, 2005, p. 87)

Além disso, a escrita é vista como asseguradora da imortalidade, persistindo sem a presença do autor. A escrita também *reforça* costumes que se davam antes do seu advento, por exemplo: tornar memoráveis os mortos. Ou seja, “a escrita podia preservar e talvez exagerar costumes mais antigos.” (THOMAS, 2005, p. 88). Vale ressaltar que, inicialmente, quem escrevia se utilizava de versos, e tal modo composicional era digno daquilo que merecia ser preservado.

Resquícios das inscrições em certos objetos mostram que a escrita era comumente utilizada na primeira pessoa do singular, ou seja, era como se o objeto possuísse voz própria. Tal fato se dá, segundo suposições, por se considerarem os objetos detentores de alma, assim como se considerava que as estátuas possuíam “halos de magia”. Por volta de 550 – 540, entretanto, encontram-se inscrições não-egocêntricas.

Voltando para a pólis arcaica, na cidade-estado, havia duas áreas principais para o uso da escrita: listas de funcionários e leis escritas (mais tarde, também leis divinas). Têm-se nesse local o uso da escrita publicamente a partir do século VII, “período em que elas começaram a desenvolver leis e cargos, e cerca de um século após o uso privado inicial do alfabeto.” (THOMAS, 2005, p. 91-92)

A respeito de onde se registravam tais documentos, Thomas diz ser

bem possível que muitos dos primeiros registros escritos da

pólis fossem em madeira perecível e bronze, mas os indícios literários na realidade convergem para a epigrafia, sugerindo que os primeiros e mais importantes escritos públicos registravam leis e que isso começou em algum momento na segunda metade do século VII. (THOMAS, 2005, p. 92).

Porém, quando as leis começaram a ser postas por escrito, leis orais podem não ter se submetido a esse processo. Tem-se que a lei escrita era “geralmente usada para registrar, fixar e talvez dignificar o tipo de regras que não eram geralmente aceitas pela comunidade.” (THOMAS, 2005, p. 96)

É interessante destacar também que antes da utilização da escrita para o registro havia funcionários próprios para essa função. Tais funcionários eram os *mnémones*, literalmente “lembradores”. Em certos lugares da Grécia, o *mnémone* estava intimamente relacionado com processos judiciais: seu papel era praticamente lembrar-se das leis quando não havia registros escritos. Mesmo com o advento da escrita, porém, o *mnémone* continuava tendo seu papel de lembrar e sua memória era utilizada. E assim como havia um funcionário designado a lembrar, havia também outros destinados, então, a escrever: os escribas.

Thomas também argumenta que, diferentemente do que muitos estudiosos contemporâneos pensam ou defendem sobre a escrita atual, no mundo antigo a escrita não era essencialmente destinada a apenas registrar, comunicar, ou amaldiçoar.

Primeiramente, devo argumentar que a escrita grega (e certamente a romana) tem muitas formas e funções – simbólicas e mágicas, por exemplo – que nos conduzem para além da mensagem meramente contida no teor escrito do documento; em segundo lugar, que a palavra escrita no mundo antigo muitas vezes tem uma relação tão íntima com o *background* da comunicação oral que ela não pode ser adequadamente compreendida de modo isolado; em terceiro, que o uso de documentos escritos depende em parte da experiência, em parte do modo como a escrita é vista pelos contemporâneos e em parte da própria natureza da comunicação oral: portanto, o valor e o uso de um documento escrito (e



mesmo que os documentos escritos tenham sido feitos em primeira instância) mudam consideravelmente no decorrer da história grega (THOMAS, 2005, p. 104)

Temos que as mensagens que se passavam nas inscrições já dependiam do contexto. E além deste, dependiam da forma como eram compostas. Segundo estudos, a forma dos textos produzia diferentes significados. Cada forma podia enfatizar o que se pretendia “comunicar”. E não apenas o todo escrito possuía formas diferenciadas, mas também as letras. Diferentes sociedades arcaicas possuíam diferentes letras, o que dá indício de serem portadoras de uma identidade local. Portanto, a padronização da escrita não é necessariamente um “desenvolvimento”.

Um aspecto em que vale a pena nos deter é o diferente uso de “recipientes” para a inscrição. Podemos perceber que, na Grécia antiga, havia vários recipientes ou suportes textuais com funções comunicativas diversificadas. As maldições, por exemplo, eram geralmente inscritas em chumbo, “talvez porque fosse barato, dobrável e pudesse ser reutilizado.” (THOMAS, 2005, p. 114). Além disso, justamente por ser um material que se podia dobrar, era utilizado comumente como carta. A cerâmica, por sua vez, era o equivalente ao nosso pedaço de papel, pois era encontrada com facilidade. Embora se faça essa comparação, o papiro também se assemelharia ao papel, porém este era bem mais difícil de ser usado e encontrado. Havia também as tabuletas enceradas que

eram usadas para o ensino, e é de se esperar que seu conteúdo fosse totalmente efêmero. Tábuas esbranquiçadas (*leukómata*) eram comuns, tradicionalmente usadas em Atenas para propostas de decretos a serem apresentadas à Assembléia; elas podem também ter sido as tabuletas que foram eventualmente para o arquivo do Estado (quantos decretos estavam sobre pedra é algo incerto). Tábuas de madeira eram importantes para muitos avisos públicos, e uma passagem da *Vida de Péricles* de Plutarco sobre a tabuleta trazendo o notório decreto de Mégara, talvez de 433/432 a.C. (*Per.* 30.1-2), pode sugerir que elas fossem usadas para registros publicamente visíveis, bem como para inscrições. As contas de Erectêion observam a compra de “duas tábuas sobre as

quais inscrevemos as contas” [...]. Pelo que sabemos, em tempos antigos a madeira pode ter sido mais extensamente utilizada para inscrições que a pedra, pois as leis de Sólon estavam em madeira, assim como as estátuas antigas eram de madeira, tendo sido só posteriormente substituídas por pedra. (THOMAS, 2005, p. 115-116)

O autor, porém, toma como mais impressionante o uso do metal ou pedra. Utilizava-se o ouro para textos religiosos; o bronze, por sua vez, parece também ter sido utilizado para o mesmo tipo de texto, embora seu uso fosse muito variado, como também o chumbo o era. Placas de bronze eram amplamente utilizadas para decretos públicos em certas áreas da Grécia antiga (Atenas não fazia parte dessas áreas). A pedra, sobretudo, era o principal material de memorial:

usada para monumentos funerários desde tempos remotos, a pedra tornou-se o *médium* para os documentos permanentes que deveriam ser exibidos publicamente. Entretanto, era mais do que a perenidade que a *stéle* de pedra oferecia. O testemunho de escritores antigos combina com os indícios esmagadores de inscrições sobreviventes, sugerindo fortemente que seu significado simbólico era também fundamental. (THOMAS, 2005, p. 117)

Uma questão pouco levantada, segundo Thomas, é: por que as pedras eram usadas? Infelizmente pouco se sabe, mas se pode descartar a “idéia de que elas fossem simplesmente usadas de acordo com disponibilidade local de mármore” (THOMAS, 2005, p. 117). Mas, partindo dos detalhes das próprias inscrições, tomam-se as pedras como memórias simbólicas. Tanto que muitas, possuidoras de tratados ou decretos, se fossem destruídas anular-se-iam tais tratados. Ou mesmo quando um novo decreto, por exemplo, fosse criado, destruía-se a pedra que continha o antigo.

Thomas lembra-nos de que textos também eram escritos em paredes ou mesmo em pedras naturais, que poderiam ter impulsionado a transição para lascas chatas de pedras.

É importante persistir na ideia de que a escrita, o letramento,

estava indispensavelmente relacionado com a oralidade. Relata-se a falta de data nas pedras, por exemplo, e tal fato se dava porque funcionários e cidadãos sabiam quando uma lei havia sido revogada. A escrita, portanto, não era o registro único e completo do assunto. Como afirma Thomas, “[...] em certo sentido, a palavra escrita estava subordinada à falada – assim, talvez funcionasse mais como apoio mnemônico para a recordação daquilo que devia ser comunicado oralmente do que como um texto a ser lido solitariamente.” (THOMAS, 2005, p. 127)

Tem-se também a suposição de que a produção dos livros gregos era comumente feita através de ditados. Era muito comum ler livros para decorá-los e depois recitá-los. Nas escolas mesmo, por exemplo, eram dados às crianças poemas de poetas famosos para serem lidos e decorados. Mesmo oradores que se utilizavam da palavra escrita para construir seus discursos esforçavam-se para dar a seus textos a aparência de fala improvisada. Tinha-se assim que o texto escrito, mais uma vez, era tido como apoio mnemônico.

Porém, argumenta-se que o letramento tenha sido vinculado a uma mudança na mentalidade, mais uma vez refletido na literatura grega: o oral cede lugar ao letrado. Argumenta-se que o letramento “[...] tende a desenvolver um senso do indivíduo e do artista individual. Contrariamente ao anonimato próprio de uma sociedade oral, ele cria a introspecção e a autoconsciência.” (THOMAS, 2005, p. 143)

Além disso, o registro escrito, embora responsável pela conservação, também podia ser esquecido. Porém, era muito mais eficaz do que recorrer apenas à memória. Esta possui elos frágeis numa cadeia humana, o que dificulta passar a tradição adiante para que seja preservada. As obras dos poetas mortos, por exemplo, não eram facilmente preservadas sem a escrita: tem-se assim a questão do anonimato. Com a escrita, porém, a chance de um texto de um poeta morto ser esquecida era menor, assim como era menor a chance de não haver autoria, em se tratando de uma “literatura” mais tardia.

Tratando-se da representação escrita, temos que, como já men-

cionado, o texto escrito era talvez a etapa final nos registros. Porém é interessante a exposição de Thomas: discursos públicos não eram, supostamente, escritos; os forenses, mesmo se fossem, eram feitos de memória. (THOMAS, 2005, p. 173). Havia nessa época certo preconceito com os discursos escritos devido à possibilidade de negligência da verdade em seu artifício.

Passando da Grécia antiga para a Idade Média, podemos destacar contribuições da escrita, do letramento. Olson (1997) trata da importância da escrita na ciência e na religião, primeiramente, e depois em contexto mais geral, bem como reflete sobre o texto escrito e suas diversas possibilidades de interpretação.

A partir dos estudos de Eisenstein, Olson diz que “[...] para a teologia da Reforma, a imprensa colocou uma cópia das Escrituras nas mãos de todos os leitores, assim diminuindo o papel da Igreja. Podia-se encontrar Deus por meio da simples prática da leitura, sem a mediação dos sacerdotes.” (OLSON, 1997, p. 164) Ou seja, não mais era necessário se restringir à palavra do ministro clerical para se ter acesso às Escrituras; as pessoas com a Palavra em mãos tinham autonomia para lê-la.

Já em relação à ciência moderna,

Eisenstein sugere que a imprensa foi basicamente responsável pela colocação de uma cópia “original” do texto, livre dos erros dos copistas, nas mãos de centenas de estudiosos que podiam estudá-la, compará-la, criticá-la e atualizá-la. Novas descobertas podiam ser incorporadas às novas edições. Dessa forma, a imprensa contribuiu para o desenvolvimento de uma tradição cumulativa de pesquisa. (OLSON, 1997, p. 164)

Com a impressão, então, a propagação tanto das Escrituras quanto da Ciência fez-se muito maior. Com a primeira, porém, digamos que o que repercutiu foram as “boas-novas”. De certa maneira houve uma maior Evangelização. Com a propagação da segunda, houve uma validação consensual, uma objetividade de o que era escrito.

### 1.3 Oralidade, letramento e a questão da identidade

Após essas considerações históricas em relação ao surgimento da escrita e suas relações com as práticas de oralidade, interessa-nos tratar agora sobre a questão da identidade em relação à oralidade e ao letramento. Aproveitamos, neste item, as contribuições de Geraldi (2010), Magalhães (1999), Signorini (1999) e Matêncio (1999).

Geraldi expõe, em um primeiro momento, estudo que analisa os elementos composicionais de três diferentes versões orais do mito “Cobra Norato”, cada uma de uma comunidade diferente em que predomina a oralidade e que estabelece uma relação específica com a cultura escrita. Na versão do ribeirinho, em Rondônia, “os elementos composicionais remetem à necessária ordem das coisas segundo a natureza [...]” (GERALDI, 2010, p. 132); na de um pescador do rio Madeira, os elementos voltam-se para o rio, de aspecto solitário e “mágico”; na de um ex-seringueiro, “a composição que orienta a recolha no baú das tradições vem marcada pela ética familiar, religiosa e rígida [...]” (GERALDI, 2010, p. 133) Dessa forma, os relatos refletem/refratam a realidade vivida pelos falantes (conforme Bakhtin, Volochínov, 2009) e indicam aspectos relevantes de sua identidade social.

Em um segundo momento, o autor expõe estudo que mostra os usos da escrita feitos pela sociedade Jarawara, os quais revelam maneiras particulares de “ser” desse grupo. Essa sociedade, cuja apropriação da escrita deu-se em função de relações comerciais e econômicas, foi levada “a querer aprender a escrever, a ter escrita” (GERALDI, 2010, p. 133). Adequando-se a escrita então aos costumes dos Jarawara, essa nova ferramenta foi disseminando-se de pessoa para pessoa: cada uma ensinava outra. Os Jarawara, com a escrita, começaram então a escrever cartas com intenções variadas, que deviam ser publicizadas com outros (não somente o destinatário tinha acesso a seu conteúdo). Porém, como muitos não manuseavam ainda essa nova ferramenta, outros o faziam para os inexperientes (o que também era um modo de tornar acessível o texto da carta a outro sujeito, nesse caso, a quem se tornava

“escriba”). Estes que ainda não dominavam a escrita, entretanto, não se acomodavam: desejavam escrever suas próprias cartas. Com isso a escrita tendia a se proliferar nos usos de linguagem praticados pelo grupo, adquirindo valor específico nessa comunidade.

Já o terceiro estudo exposto pelo autor trata de pesquisa com entrevistas de uma pesquisadora com meninos de rua, os quais são silenciados dia-a-dia: silenciando-lhes suas opiniões, suas histórias, suas indignações, silenciam-lhes o que são. Tais entrevistas não conseguiram dos sujeitos de pesquisa adesão às perguntas feitas pela entrevistadora, obtendo deles o silêncio; porém, tivera por objetivo o oposto: dar voz a esses meninos. Apesar da dificuldade de se obter o que se esperava, em função da mudez dos entrevistados, os garotos deram alguns dados que foram importantes para perceber certas questões. Uma delas é que eles diziam somente aquilo que convém a uma autoridade ouvir: aquilo que a “instituição ensina. A informante devolve à entrevistadora o discurso de sua classe social”. (GERALDI, 2010, p. 136). A outra questão é exatamente a respeito do silêncio: tratando-se de opinião, o menino entrevistado tem consciência de que ele, como pessoa, tem sim uma opinião, mas mais consciência tem ele de que “essa opinião não tá circulando.” (GERALDI, 2010, p. 136). Sendo assim, a criança, de uma cultura mais oral que escrita, mostra-se para o outro/entrevistador, de cultura escrita, muito pouco. Sua identidade se constitui no conflito com o outro. No estudo do autor, o sujeito vai constituindo sua identidade na relação com o outro, e essas relações envolvem práticas orais e escritas.

Magalhães (1999), por sua vez, analisa o relato de uma migrante, residente no Paranoá, que frequentava então o Curso de Alfabetização de Adultos (década de 1990). Esta migrante, Mariana, via a escrita como importante para a constituição de sua identidade na relação com o outro, pois relata:

“Vixe a gente não pode viver sem a escrita. Se você/ vai arrumar um serviço, vou arrumar um serviço de/ que? Trabalhar pros outros, faxina. Não posso trabalhar/ assim, que tem que marcar o carimbo lá né, tem/ que assinar o nome. Aí

fica difícil, assinar o nome,/ toda se tremendo [...]” (Paranoá, entrevista 25-A, 1922 apud MAGALHÃES, 1999, p. 219)

Vemos, então, que nesses casos analisados pelos autores, a relação do sujeito com a escrita é fator a ser considerado na constituição de sua identidade. O sujeito, no último caso, é discriminado por sua prática escrita, considerada insuficiente pela sociedade dita “letrada”. Acrescente-se a isso a baixa escolarização do brasileiro e temos configurado um problema social relacionado às questões pertinentes ao letramento.

Grande quantidade de pessoas tem baixo nível de escolarização em nosso país, atualmente.

Temos um considerável índice de exclusão social, de pobreza e de baixo índice de desenvolvimento humano, o que nos mostra Geraldi (2010) a partir de análises retiradas da *Folha de São Paulo* e do IBGE. Além desses índices, lembra também a considerável população fora da escola e a relação entre a porcentagem de pessoas e o tempo de escolaridade, que é pouco (entre 30 e 35% das pessoas têm entre 4 e 7 anos de escolaridade). Segundo Geraldi (2010), um dos motivos pelos quais não se tem tanto conhecimento sobre a identidade dessas pessoas é que têm pouco letramento; suas vozes se fazem quase inaudíveis em nosso meio. O silêncio dessas pessoas e as imposições que lhes são colocadas contribuem cada vez mais para a incognoscibilidade daqueles que o sofrem. Isso o autor julga contribuir para a invisibilidade social desses sujeitos.

Signorini considera que “a hierarquização socioeconômica se reproduz nas desigualdades de acesso à escrita e à cultura letrada” (SIGNORINI, 1999, p. 161). O letramento é então visto como sinônimo de civilização (contrário à Grécia antiga, como vimos acima, onde o que era valorizado era o falar bem), de sucesso, de poder. E sendo a escola

o principal, senão o único, meio de acesso ao letramento do tipo valorizado pela sociedade burocrática, esse fator tende a ser confundido com a escolarização: quanto maior o

nível de escolarização, maior o grau de letramento e melhor a *performance* do indivíduo na comunicação social; ou, inversamente, quanto mais baixo o nível de escolarização, menor o grau de letramento e mais insatisfatória a *performance* do indivíduo na comunicação social. (SIGNORINI, 1999, p. 162)

Assim, ter que ser escolarizado é sinônimo de ser educado, de ser detentor do conhecimento, da cultura; é sinônimo de ter bom raciocínio. Enquanto não ser escolarizado é ser ignorante, é não saber falar bem; não ser escolarizado é sinônimo de ser fracassado, de ser incompetente. Ou seja, a concepção de progresso e a de desenvolvimento está ligada às taxas de escolarização (esta se confunde com letramento e afeta a identidade social dos sujeitos). (SIGNORINI, 1999).

A mídia, por sua vez, é uma das grandes disseminadoras dessas considerações: Matencio, tratando da alfabetização, analisando textos provenientes de um dossiê organizado pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI ([...] textos [...] com dados básicos sobre a situação do analfabetismo), diz que a mídia considera que o analfabetismo dificulta o desenvolvimento econômico e social do país, e que a alfabetização é um mecanismo para melhorar a renda e as condições de vida dos analfabetizados. (MATENCIO, 1999)

O problema é que, em relação aos textos midiáticos,

ocorre um apagamento das condições históricas que levaram o país às taxas [de analfabetismo] atuais. Embora apareçam informações sobre a clientela almejada, pessoas carentes, que não tenham conseguido se alfabetizar por não ter acesso ao ensino sistematizado ou por ter ‘abandonado’ a escola, excluem-se as causas desse insucesso e vendem-se a ideia de que o projeto é a solução para o problema. (MATENCIO, 1999, p. 249)

Uma das considerações que se faz, então, é que o analfabetismo não é o causador da pobreza; pelo contrário, a pobreza é causadora do analfabetismo. No entanto, a identidade que se atribui ao analfabeto, na mídia e no país, de forma geral, que é entrave ao desenvolvimento



econômico e social. Letramento e identidade, portanto, relacionam-se de forma indissolúvel.

## APONTAMENTOS FINAIS

Os estudos expostos neste texto apontam para a necessidade de se abordarem questões relativas à fala e escrita como parte das práticas sociais realizadas pelos sujeitos em nossa sociedade. Essas práticas envolvem: meios materiais que permitem o uso das modalidades (suportes de textos, orais e escritos); formas de circulação dos textos; valores ideológicos atribuídos a esses usos; identidades dos sujeitos produzidas nesses usos. Ademais, a relação entre fala e escrita, nos estudos desenvolvidos, é indissolúvel.

Uma conclusão a que se chega a partir dessas constatações (que vêm de campos teóricos e áreas diferentes) é que as práticas pedagógicas e científicas que enfocam os gêneros do discurso sem considerar esses aspectos fazem deles um estudo deslocado de seu acontecimento. No entanto, se os gêneros do discurso são tomados como os caracteriza Bakhtin (1997), é impossível retirar deles seu acontecimento, sua história, os sujeitos envolvidos em sua realização. A contribuição que desejamos fazer aqui é apontar que nesse acontecimento também importam os aspectos que envolvem as práticas sociais e o entrecruzamento das modalidades.



## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN/VOLOCHINOV. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. 13ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.
- GERALDI, J. W. *A aula como acontecimento*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- LOURENÇO, L. Disponível em: <http://www.lourencoelourival.com.br/>. Acesso em: 20 ago. 2012.

- MAGALHÃES, I. Práticas discursivas de letramento: a construção da identidade em relatos de mulheres. In: KLEIMAN, A. (Org.) *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MATÊNCIO, M. L. M. Analfabetismo na mídia: conceitos e imagens sobre o letramento. In: KLEIMAN, A. (Org.) *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- NA TERRA DA PADROEIRA. Disponível em: <http://naterradapadroeira.blogspot.com>. Acessado em: 20 ago. 2012.
- OLSON, D. R. Cultura Escrita e Objetividade: o surgimento da Ciência Moderna. In: OLSON, D.R; TORRENCE, N. *Cultura escrita e Oralidade*. (Tradução: Valter Lellis Siqueira). 2ª ed. Editora Ática, São Paulo, 1997.
- ONG, W. J. *Oralidad y escritura: tecnologías de la palabra*. Madrid: 2006.
- SIGNORINI, I. Letramento e (in)flexibilidade comunicativa. In: KLEIMAN, A. (Org.) *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- THOMAS, R. *Letramento e oralidade na Grécia antiga* (Tradução Raul Fiker). São Paulo: Odysseus Editora, 2005.